



Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIO 2023

SICOOB CENTRAL ES

COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO
CNPJ: 32.428.294/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 do Sicoob Central ES, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

O Sicoob conta com mais de 7,7 milhões de cooperados no País e está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Oferecendo todos os produtos e serviços de uma instituição financeira, é formado por 335 cooperativas singulares, 14 cooperativas centrais e pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), que é composto por uma confederação e um banco cooperativo, além de uma processadora e bandeira de cartões, administradora de consórcios, entidade de previdência complementar, seguradora e um instituto voltado para o investimento social.

O Sicoob ocupa a primeira colocação entre as instituições financeiras com maior número de agências no Brasil, com mais de 4,6 mil pontos de atendimento, e, em mais de 400 municípios, é a única instituição financeira presente.

2. Sustentabilidade

O Sicoob Central ES reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, integrando práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios. Participando do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável, as organizações do Sistema Sicoob estão mobilizadas para estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica.

Para comunicar esses compromissos, o Sicoob conta com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao plano estratégico e às diretrizes do Banco Central do Brasil, voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Mais informações estão disponíveis em sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

Com o objetivo de fortalecer a entrega dos serviços prestados aos associados, as cooperativas singulares do Sicoob se organizaram e constituíram as cooperativas centrais de crédito. As centrais são instituições independentes, promotoras da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. A instituição Sicoob possui 14 cooperativas centrais no Brasil e o Sicoob Central ES é uma delas, que está celebrando 35 anos de atuação.

O sistema regional fechou o ano de 2023 com 721.321 mil associados e atua no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e São José dos Campos (SP), representado por seis singulares: Sul-Litorâneo, Sul, Coopermais, Sul-Serrano, Credirochas e Conexão, sendo que esta última nasceu em 2023 fruto da fusão de duas singulares, o Sicoob Norte e o Sicoob Leste Capixaba.

Ao longo de 2023, foram inaugurados 16 novos pontos de atendimento, totalizando 190 nos quatro estados, sendo seis na Bahia, em quatro municípios; 133 no Espírito Santo, em 72 municípios; 49 no Rio de Janeiro, em 36 cidades; e 2 em São Paulo, em São José dos Campos.

3.1. Classificação Fitch Ratings

Em agosto de 2023, a agência de classificação de risco elevou o rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Central ES de AA-(bra) para AA(bra). Simultaneamente, a agência reafirmou em F1+(bra) o rating nacional de curto prazo.

Essa elevação reflete a sustentabilidade dos indicadores financeiros da nossa cooperativa, apresentando índices de rentabilidade e capitalização robustos, superando a média das cooperativas financeiras no Brasil.

Mesmo diante do expressivo crescimento dos ativos e dos consideráveis investimentos realizados, a cooperativa manteve sua solidez. Contribuindo para essa melhoria, destaca-se o êxito do plano de expansão geográfica, proporcionando potencial para receitas e captação de cooperados em setores diversificados. Mais informações podem ser encontradas em fitchratings.com/site/brasil.

4. Política de Crédito

A atuação do Sicoob se destaca, principalmente, pela concessão de empréstimos e captação de depósitos. Essa concessão é realizada mediante análise prévia, observando limites de alçadas predefinidos que são rigorosamente respeitados. A instituição efetua consultas cadastrais e utiliza a avaliação por pontos, conhecida como "RATING", visando garantir a máxima liquidez das operações.

5. Governança Corporativa

Na estrutura de governança do Sicoob, baseada nos princípios cooperativistas, a participação ativa dos cooperados é um pilar fundamental. Cada associado tem o direito de voto nas assembleias, incluindo a eleição do Conselho de Administração, responsável por decisões estratégicas. Complementarmente, o Conselho Fiscal valida os balancetes mensais e o balanço patrimonial anual.

A gestão diária dos negócios é conduzida pela Diretoria Executiva, enquanto a supervisão contínua de riscos fica a cargo do Agente de Controles Internos, sob a direção do responsável pela gestão de riscos. Este agente busca garantir a aderência aos normativos internos, sistêmicos e à legislação vigente.

Consciente dos riscos associados à intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, homologado pelo Sicoob Central ES e regulamentado pelo Centro Cooperativo Sicoob. Além do Estatuto Social, são seguidos de regimentos e regulamentos, incluindo o Regimento Interno, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral. A adesão a normas contábeis, fiscais e ao Código de Ética e Conduta Profissional do Sicoob é uma parte crucial de nossa prática diária.

Os balanços são auditados por profissionais externos, com relatórios compartilhados com os Conselhos e a Diretoria, enquanto todo o processo é fiscalizado pelo Banco Central do Brasil. Esses mecanismos de controle, somados aos descritos anteriormente, são fundamentais para garantir a transparência na gestão e em todas as atividades da instituição.

6. Demonstrações dos Resultados Consolidados

6.1. Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	68.132	45.891	48,46
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	492	925	(46,81)
Receitas com Ato Não Cooperativo	1.581	1.356	16,59
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	74.149	56.313	31,67
Despesas Tributárias	222	193	15,03
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	26.793	19.007	40,96
Juros ao Capital	4.355	2.946	47,83
Resultado	37.753	24.636	53,24

Contribuíram para compor Resultado do exercício de 2023:

No exercício de 2023 o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 48,46% comparado com mesmo período de 2022.

Em 2022 ocorreu um aumento de 40,96% comparado ao exercício de 2022 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outras Receitas e Despesas.

A remuneração do Juros ao Capital em 2023 foi de R\$ 4.355 mil, 47,83% superior ao mesmo período do ano anterior.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 52,83% em relação a 2022, atingindo um total de R\$ 37.753 mil em 2023.

6.2. Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2023, o Sicoob ES encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$		
	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Variação %
Ativos Totais	8.953.732	6.325.028	41,56
Aplicações Financeiras de Liquidez	4.542.995	2.733.864	66,17
Títulos e Valores Mobiliários	3.748.056	3.030.339	23,68
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	7.695.537	5.334.026	44,27
Patrimônio Líquido	480.385	365.434	31,46
Patrimônio de Referência (PR)	377.274	284.411	32,65

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2023:

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 8.953.732 mil ao final do exercício de 2023, com crescimento de 41,56% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 3.748.056 mil, com crescimento de 23,68% em relação a 31 de dezembro de 2022.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$ 7,5 bilhões de ativos, o exercício de 2023 com o valor de R\$ 7.695.537 mil, com crescimento de 44,27% se comparado com 2022.

O patrimônio líquido aumento 31,46% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 480.385 mil ao final do exercício.

6.3. Carteira de crédito por produto

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

	Em Milhares R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	Variação	
Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	Total	Total	Valor Total	% Total
Repasse interfinanceiros – Crédito Rural	341.097	278.676	62.421	22,40
Empréstimos – Rotativo	146.000	141.665	4.335	3,06
Total	487.097	420.341	66.756	15,88

6.4. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão, sendo que esta última nasceu em 2023 fruto da fusão de duas singulares, o Sicoob Norte e o Sicoob Leste Capixaba.

A partir desta movimentação, o Sicoob Conexão ocupa a 4ª posição no ranking nacional de cooperativas de crédito em patrimônio líquido e uma das maiores cooperativas financeiras do Brasil.

Cooperativas Singulares	31/12/2023			31/12/2022			Variação %		
	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul-Litorâneo	1.255.247	212.831	50.257	894.654	172.533	45.808	40,31	23,36	9,71
Sicoob Sul	3.468.491	669.798	153.311	2.668.170	550.571	122.878	30,00	21,66	24,77
Sicoob Conexão	7.744.739	1.561.595	401.021	4.263.786	861.918	211.812	81,64	81,18	89,33
Sicoob Coopermais	2.795.798	427.657	101.068	2.037.157	341.857	89.273	37,24	25,10	13,21
Sicoob Norte	-	-	-	1.673.273	358.490	102.934	-	-	-
Sicoob Sul-Serrano	4.335.814	812.187	194.047	3.091.362	644.590	152.141	40,26	26,00	27,54
Sicoob Credirochas	2.087.370	261.349	59.146	1.529.765	212.406	53.462	36,45	23,04	10,63
Total	21.687.459	3.945.417	958.850	16.158.167	3.142.365	778.308	34,22	25,56	23,20

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no exercício de 2023 são um aumento de 34,22% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do exercício o montante de R\$ 21.687.459 mil. Superando a marca de 21,5 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 25,56% comparado a 2022, atingindo o montante de R\$ 3.945.417 mil.

As Sobras do exercício de 2023 do Sistema Sicoob ES atingiu um total de R\$ 958.850 mil, um aumento de 23,20% comparado ao mesmo período de 2022.

7. Pessoas

O Sicoob ES, guiado por uma cultura cooperativista fundamentada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, mantém uma abordagem centrada nos colaboradores para promover a excelência nas atividades, atendimento aos associados e difusão do modelo de negócio. O Sicoob Central ES fechou 2023 com 157 colaboradores, que contribuíram para que o sistema regional se destacasse como uma das Melhores Empresas para Trabalhar, na categoria grande porte, no ranking promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL-ES), Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-ES) e Great Place to Work (GPTW).

8. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

9. Tecnologia

Alinhado às tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob realizou significativos investimentos em Tecnologia da Informação durante o ano de 2023, visando aprimorar sua competitividade e proporcionar maior conveniência aos cooperados do Sistema Sicoob. O aumento significativo das transações financeiras por meio dos canais digitais destacou-se como a principal forma de atendimento no Sicoob ES, promovendo uma experiência mais ágil e conveniente para os cooperados, ao mesmo tempo em que resultou em redução de custos operacionais para as cooperativas.

10. Agradecimento

Expressamos nossa profunda gratidão a todos os cooperados, colaboradores, parceiros e comunidades que desempenharam papéis cruciais para o impacto positivo alcançado pelo Sicoob Central ES em 2023. O comprometimento de cada indivíduo fortaleceu nossos laços, impulsionou o desenvolvimento sustentável e concretizou nossa missão de ir além do aspecto financeiro, impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo a justiça financeira.

Em 2023, entendemos que caminhamos rumo aos fundamentos que guiam nossa atuação, refletidos nos quatro pilares estratégicos que consideramos essenciais para nosso dia a dia: Pessoas Felizes, Satisfação dos Associados, Impacto Positivo na Sociedade e Resultados Consistentes.

Na era da conexão e da revolução da informação, reconhecemos que o ativo mais valioso para transformações são as pessoas. A Comunidade Sicoob, destinada a cooperados, delegados e colaboradores, representa um espaço de cooperação seguro, impulsionando a educação financeira, networking e criação de oportunidades. Alinhada à cultura cooperativa, a Comunidade Sicoob reflete a força da união na construção de oportunidades de crescimento. Agradecemos a todos que contribuíram para fazer de 2023 um ano marcante e promissor para o Sicoob ES e convidamos a permanecer conosco no www.comunidadesicoob.com.br.

Vitória/ES, 29 de janeiro de 2024.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		8.953.732	6.325.028
DISPONIBILIDADES	4.	6	77
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.779.576	6.185.839
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	4.542.995	2.733.864
Títulos e Valores Mobiliários	6.	3.748.056	3.030.339
Relações Interfinanceiras		341.097	278.676
Repasses Interfinanceiros	7.	341.097	278.676
Operações de Crédito	8.	146.000	141.665
Outros Ativos Financeiros	9.	1.428	1.295
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(2.435)	(1.943)
(-) Operações de Crédito	8.	(730)	(550)
(-) Outras	7.	(1.705)	(1.393)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10.	193	100
OUTROS ATIVOS	11.	5.950	3.615
INVESTIMENTOS	12.	153.730	119.858
IMOBILIZADO DE USO	13.	25.204	24.990
INTANGÍVEL	13.	1.362	1.252
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	13.	(9.854)	(8.760)
TOTAL DO ATIVO		8.953.732	6.325.028
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.953.732	6.325.028
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.051.153	5.638.354
Relações Interfinanceiras		7.695.537	5.334.026
Centralização Financeira – Cooperativas	15.	7.695.537	5.334.026
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	355.603	304.288
Outros Passivos Financeiros	17.	13	40
PROVISÕES	18.	1.330	1.198
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19.	761	768
OUTROS PASSIVOS	20.	420.103	319.274
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		480.385	365.434
CAPITAL SOCIAL	22.a	411.607	309.963
RESERVAS DE SOBRAS	22.b	41.582	38.371
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	22.c	(96)	(328)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.e	27.292	17.428
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.953.732	6.325.028

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		501.157	935.144	612.053
Operações de Crédito	24.	19.010	37.004	25.333
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	260.243	472.576	287.376
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.1	221.904	425.564	299.344
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(463.796)	(867.504)	(567.087)
Operações de Captação no Mercado	14.	-	-	(11)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.a	(14.331)	(24.871)	(13.913)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	15.a	(448.746)	(842.141)	(552.238)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	25.	(719)	(492)	(925)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		37.361	67.640	44.966
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(12.468)	(26.957)	(18.433)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26.	795	1.575	1.259
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27.	(11.454)	(21.292)	(17.877)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28.	(11.111)	(18.925)	(14.616)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29.	(116)	(222)	(193)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	30.	11.130	18.971	17.839
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31.	16.891	26.868	18.975
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32.	(18.603)	(33.932)	(23.820)
PROVISÕES		(1)	(11)	(2)
Provisões/Reversões para Contingências	33.	(1)	(11)	(2)
RESULTADO OPERACIONAL		24.892	40.672	26.531
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34.	(60)	(75)	32
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		24.832	40.597	26.563
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	20.1	(1.930)	(2.844)	(1.927)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	22.e	22.902	37.753	24.636

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	22.902	37.753	24.636
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	219	232	789
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial – investimentos em coligadas e controladas	219	232	789
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	23.121	37.985	25.425

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	193.753	36.321	(1.117)	10.465	239.422
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	10.465			(10.465)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	102.799	-	-	-	102.799
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	24.636	24.636
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	789	-	789
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.946)	(2.946)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.946	-	-	-	2.946
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	2.050	-	(2.050)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(1.025)	(1.025)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.187)	(1.187)
Saldos em 31/12/2022	309.963	38.371	(328)	17.428	365.434
Saldos em 31/12/2022	309.963	38.371	(328)	17.428	365.434
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	17.428			(17.428)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	79.861	-	-	-	79.861
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	37.753	37.753
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	232	-	232
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.355)	(4.355)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.355	-	-	-	4.355
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	3.211	-	(3.211)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(1.606)	(1.606)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.289)	(1.289)
Saldos em 31/12/2023	411.607	41.582	(96)	27.292	480.385
Saldos em 30/06/2023	327.391	38.371	(315)	14.851	380.298
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	79.861	-	-	-	79.861
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	22.902	22.902
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	219	-	219
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.355)	(4.355)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.355	-	-	-	4.355
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	3.211	-	(3.211)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(1.606)	(1.606)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(1.289)	(1.289)
Saldos em 31/12/2023	411.607	41.582	(96)	27.292	480.385

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	24.832	40.597	26.563
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	-	(3)	(2)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11.130)	(18.971)	(17.839)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	719	492	925
Provisões/Reversões para Contingências	1	11	2
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	-	27	-
Depreciações e Amortizações	645	1.284	1.223
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	15.067	23.437	10.872
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.532.629)	(1.941.431)	163.224
Títulos e Valores Mobiliários	92.073	(227.027)	(1.308.102)
Relações Interfinanceiras	(117.364)	(62.421)	(142.586)
Operações de Crédito	(26.335)	(4.335)	(35.349)
Outros Ativos Financeiros	(82)	(133)	(44)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(43)	(93)	480
Outros Ativos	(282)	(2.335)	454
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Prazo	-	-	(160)
Relações Interfinanceiras	899.895	2.361.511	1.236.889
Obrigações por Empréstimos e Repasses	132.066	51.315	143.279
Outros Passivos Financeiros	(16)	(27)	(69)
Provisões	69	121	39
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	199	(8)	185
Outros Passivos	45.508	93.631	111.326
FATES – Atos Cooperativos	(1.606)	(1.606)	(1.025)
FATES – Atos Não Cooperativos	(1.289)	(1.289)	(1.187)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(494.769)	289.310	178.226
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	-	3	2
Aquisição de Intangível	(124)	(124)	(41)
Aquisição de Imobilizado de Uso	62	(417)	(864)
Aquisição de Investimentos	(14.841)	(14.669)	(8.951)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(14.903)	(15.207)	(9.854)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	79.861	79.861	102.799
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.355	4.355	2.946
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	84.216	84.216	105.745
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(425.456)	358.319	274.117
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.997.309	1.213.534	939.417
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.571.853	1.571.853	1.213.534
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(425.456)	358.319	274.117

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES**, doravante denominado **SICOOB CENTRAL ES**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB CENTRAL ES** coordena as ações do Sicoob Sistema Sicoob ES difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB CENTRAL ES** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares.

O SICOOB CENTRAL ES, sediado à **RUA CONSTANTE SODRÉ, Nº 305, SANTA LÚCIA, VITÓRIA – ES**, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistêmica e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2023 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA (bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 29/01/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

• **Fase 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- **Fase 2 – Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
- **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 – Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições conforme previsão Resolução CMN nº 4.817/2020.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

l) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

n) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

o) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

p) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

q) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

r) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

s) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CENTRAL ES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários	6	77
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	3	3
Banco Bradesco	3	74
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias	1.571.847	1.213.457

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.289	141.589
Títulos e Valores Mobiliários	1.562.558	1.071.868
Total	1.571.853	1.213.534

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		3.736.315	2.187.288
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		9.289	141.589
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	9.289	10.835
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	-	130.754
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		3.727.026	2.045.699
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	3.727.026	1.917.336
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	-	128.363
Não circulante		806.680	546.576
Aplicações em depósitos interfinanceiros		806.680	546.576
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	806.680	546.576
Total Geral		4.542.995	2.733.864

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 mês	853	61.730
De 1 a 3 meses	8.436	79.859
De 3 a 6 meses	150.848	139.588
De 6 a 12 meses	3.576.178	1.906.111
Total circulante	3.736.315	2.187.288
De 1 a 2 anos	283.215	257.621
De 2 a 3 anos	13.001	1.783
Acima 3 anos	510.464	287.172
Total não circulante	806.680	546.576
Total Geral	4.542.995	2.733.864

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

5.1 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
CDI – Não ligadas	-	-	3
CDI – Ligadas	260.243	472.576	284.968
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.405
Total	260.243	472.576	287.376

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		2.226.135	1.072.751
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		1.562.558	1.071.868
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		1.092.717	1.007.569
Fundo de centralização	Pós Fixa- do	308.340	320.390
Fundo Institucional	Pós Fixa- do	784.377	687.179
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		469.841	64.299
LFT – Administrado	SELIC	-	23.490
LF – Outros Bancos(a)		316.705	36.770
LFTM – Administrado		153.136	4.039
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		663.577	883
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		663.577	883
LFT – Administrado	SELIC	-	883
LF – Outros Bancos(a)	CDI	663.577	-
Não circulante		1.521.921	1.957.588
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		61.163	58.644
Cotas de Fundo Imobiliário		61.163	58.644
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		1.447.160	1.885.346
LFTM – Administrado	SELIC	-	135.437
LFT – Administrado	SELIC	1.040.717	918.643
Debêntures	CDI	30.752	30.853
LF – Outros Bancos (a)	CDI	375.691	800.413
Participação em Cooperativas		13.598	13.598
Sicoob Confederação		13.240	13.240
Participação em Empr. Controlada Coop Central de Crédito		358	358
Total Geral		3.748.056	3.030.339

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
	Carteira própria	Carteira própria
Sem vencimento	1.092.717	1.007.569
Até 1 mês	-	-
De 1 a 3 meses	469.841	64.299
De 3 a 6 meses	284.714	-
De 6 a 12 meses	378.863	883
Total circulante	2.226.135	1.072.751
Sem vencimento	74.761	72.242
De 1 a 2 anos	324.603	935.850
De 2 a 3 anos	81.840	-
Acima de 3 anos	1.040.717	949.496
Total não circulante	1.521.921	1.957.588
Total Geral	3.748.056	3.030.339

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6.1 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	2.197	4.491	4.676
Letras financeiras do tesouro	61.362	122.647	96.681
LFT – Vinculado a Garanta de Repasse	-	-	203
LF – Pós Fixada	75.497	139.588	76.100
LFT Centralização Recurso Municípios	8.885	17.784	15.379
Fundos de aplicação financeira	70.720	136.087	107.608
Rendas Aplic. Fundos Investimentos – Imobiliário	1.092	2.522	1.875
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	26.798	44.165	47.867
(-) Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(24.647)	(41.720)	(51.045)
TOTAL	221.904	425.564	299.344

7. Repasses Interfinanceiros

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

a) Composição da carteira de Repasses de Recursos do Crédito Rural:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	323.422	17.675	341.097	240.127	38.549	278.676
Total de Operações de Crédito	323.422	17.675	341.097	240.127	38.549	278.676
(-) Provisões para Operações de Recursos do Crédito Rural	(1.617)	(88)	(1.705)	(1.200)	(193)	(1.393)
TOTAL	321.805	17.587	339.392	238.927	38.356	277.283

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A	0,5%	Normal	341.097	341.097	(1.705)	278.676	(1.393)
Total Normal			341.097	341.097	(1.705)	278.676	(1.393)
Total Geral			341.097	341.097	(1.705)	278.676	(1.393)
Provisões			(1.705)	(1.705)		(1.393)	
Total Líquido			339.392	339.392		277.283	

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	146.000	-	146.000	141.665	-	141.665
Total de Operações de Crédito	146.000	-	146.000	141.665	-	141.665
(-) Provisões para Operações de Crédito	(730)	-	(730)	(550)	-	(550)
TOTAL	145.270	-	145.270	141.115	-	141.115

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	-	Normal	-	-	31.665	-
A	0,5%	Normal	146.000	(730)	110.000	(550)
Total Normal		146.000	146.000	(730)	141.665	(550)
Total Geral		146.000	146.000	(730)	141.665	(550)
Provisões		(730)	(730)		(550)	
Total Líquido		145.270	145.270		141.115	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	146.000	-	146.000
TOTAL	-	146.000	-	146.000

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	55	-	55	43	-	43
Rendas a Receber Seguro	3	-	3	5	-	5
Outras Rendas a Receber	52	-	52	38	-	38
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	1.373	1.373	-	1.252	1.252
Pis – Depósito Judicial	-	182	182	-	175	175
Pis Folha – Depósito Judicial	-	80	80	-	-	-
Cofins – Depósito Judicial	-	901	901	-	868	868
Outros Fiscais	-	85	85	-	85	85
Trabalhista	-	1	1	-	1	1
Outros	-	124	124	-	123	123
TOTAL	55	1.373	1.428	43	1.252	1.295

a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 18.

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Negativo de IRPJ – Exercícios Anteriores	130	-	130	69	-	69
Saldo Negativo de CSLL – Exercícios Anteriores	55	-	55	25	-	25
Valores a Restituir – PERDCOMP	5	3	8	5	1	6
TOTAL	190	3	193	99	1	100

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	81	-	81	72	-	72
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	462	-	462	90	-	90
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	-	-	15	-	15
Pagamentos a Ressarcir	205	-	205	122	-	122
Devedores Diversos – País	2.931	-	2.931	1.913	-	1.913
Plano de Saúde a Receber	11	-	11	7	-	7
Cooperativas Filiadas (a)	2.918	-	2.918	1.538	-	1.538
Estoque de Pontos Adquiridos	2	-	2	356	-	356
Estoque de Pontos Recebidos	-	-	-	12	-	12
Material em Estoque	430	-	430	236	-	236
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios (b)	-	2.053	2.053	-	2.032	2.032
Instalações, Moveis e Equipamentos (I)	-	996	996	-	975	975
Imóveis (II)	-	1.057	1.057	-	1.057	1.057
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Prop.	-	(1.057)	(1.057)	-	(1.057)	(1.057)
Despesas Antecipadas	845	-	845	192	-	192
TOTAL	4.954	996	5.950	2.640	975	3.615

(a) Cooperativas Filiadas – são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para a atividades da cooperativa, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

I. Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

II. Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

12. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Participações em Coligadas e Controladas no País – Banco Sicoob (a)	150.820	117.220
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	2.910	2.638
TOTAL	153.730	119.858

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou em 2023, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 18.699 mil (No mesmo período em 2022 – R\$ 16.911 mil referente equivalência).

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	131	137	
Terrenos	2.838	2.838	
Edificações	14.512	14.309	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(5.665)	(5.104)	
Instalações	3.911	4.285	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(764)	(671)	

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
Mobiliários	1.277	1.270	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(969)	(880)	
Máquinas	113	124	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(91)	(96)	
Aparelhos de Refrigeração	35	34	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(21)	(19)	
Equipamentos de Processamento de Dados	1.625	1.393	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(918)	(755)	
Alarme	22	21	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(9)	(6)	
Armas e Equipamentos	52	54	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(41)	(39)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	270	266	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(59)	(33)	
Equipamentos de Comunicação	116	117	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(88)	(77)	
Veículos	302	142	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(166)	(142)	
Intangível (b)	299	314	
Software e Direito de Uso	1.362	1.252	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(1.063)	(938)	
Total Imobilizado de Uso	25.204	24.990	
Total Intangível	1.362	1.252	
Total Depreciação/Amortização	(9.854)	(8.760)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no exercício de 2023 foi de R\$ 1.284 mil (no exercício 2022 – R\$ 1.223 mil).

14. Depósitos

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Banco Sicoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos entre 98% à 101% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Banco Sicoob, lastreando o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos a Prazo	-	-	(11)
TOTAL	-	-	(11)

15. Centralização financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 31 de dezembro de 2023, um montante de R\$ 7.695.537 mil e em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 5.334.026 mil.

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 31/12/2023 R\$ 898.140 mil (31/12/2022 – R\$ 586.720 mil) representadas na demonstração de sobras ou perdas como "Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" e "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários".

a) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(448.746)	(842.141)	(552.238)
TOTAL	(448.746)	(842.141)	(552.238)

16. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
MAPA	337.928	17.675	355.603	285.013	19.275	304.288
TOTAL	337.928	17.675	355.603	285.013	19.275	304.288

a) Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa conforme descrita em "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de repasse - funcafé repassado	(14.331)	(24.871)	(13.913)
TOTAL	(14.331)	(24.871)	(13.913)

17. Outros Passivos Financeiros

Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	13	40
Total	13	40

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	1.330	1.330	-	1.198	1.198
TOTAL	-	1.330	1.330	-	1.198	1.198

(a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	182	182	175	175
PIS FOLHA	81	80	-	-
COFINS	901	901	868	868
Trabalhistas	-	1	-	1
Outras Contingências	166	209	155	208
TOTAL	1.330	1.373	1.198	1.252

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	122	-	122	98	-	98
Impostos e Contribuições sobre Salários	631	-	631	658	-	658
Outros	8	-	8	12	-	12
TOTAL	761	-	761	768	-	768

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sociais e Estatutárias	9.264	6.760
Provisão para Participações nas Sobras (I)	2.684	1.517
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (II)	5.710	4.646
Gratificações e Participações a Pagar	870	597
Provisão para Pagamentos a Efetuar	73.880	63.369
Despesa de Pessoal	1.423	1.471
Água/Energia/Gás	13	10
Aluguéis	3	3
Comunicações	10	4
Propaganda e Publicidade	697	162
Manutenção e Conservação de Bens	12	64
Plano de Saúde	10	6
Compensado	103	77
Seguros a Recolher	5	4
Outras Despesas Administrativas	55	49
Provisão Pagamento Administração Financeira (III)	71.549	61.519
Credores Diversos – País	336.959	249.145
Pagamentos a Processar	-	4
Fundo SISOL (IV)	2.948	3.079
Fundo FEFS (V)	333.860	245.961
Faturas Sicoobcard	45	15
Outros	106	86
TOTAL	420.103	319.274

I. Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 2.844 mil no exercício de 2023 (R\$ 1.927 mil no exercício 2022), a título de participação dos empregados nos resultados.

II. O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

III. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.

IV. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.

V. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

21. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

22. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sicoob Sul-Litorâneo	22.707	16.946
Sicoob Sul	70.957	53.487
Sicoob Conexão *	161.366	87.022
Sicoob Coopermais	45.016	33.662
Sicoob Norte *	-	35.601
Sicoob Sul-Serrano	84.074	62.765
Sicoob Credirochas	27.487	20.480
Total	411.607	309.963

* Em 01/04/2023, houve a incorporação da **Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte** pela **Cooperativa de Crédito Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba**, devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 30/11/2022 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BC. Após a incorporação, ocorreu a alteração da Razão Social da Cooperativa de Crédito Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba para **Cooperativa de Crédito Conexão – Sicoob Conexão**.

b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

c) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2023, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 96 mil), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 04/05/2023, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 17.428 mil.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobra Bruta	37.753	24.636
Juros ao Capital	(4.355)	(2.946)
Sobra líquida do exercício	33.398	21.690
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.289)	(1.187)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	32.109	20.503
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(3.211)	(2.050)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.606)	(1.025)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	27.292	17.428

f) Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa provisionou e pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 4.355 mil (R\$ 2.946 mil no mesmo período de 2022), remunerando o capital das Cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

23. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	1.026.557	1.024.976	1.581	702.401	701.045	1.356
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(950.664)	(950.553)	(111)	(646.753)	(646.690)	(63)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(42.420)	(42.357)	(63)	(33.990)	(33.926)	(64)
Resultado Operacional	33.473	32.066	1.407	21.658	20.429	1.229
Receita Não Operacional	26	-	26	34	-	34
Despesa Não Operacional	(101)	-	(101)	(2)	-	(2)
Resultado Não Operacional	(75)	-	(75)	32	-	32
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	33.398	32.066	1.332	21.690	20.429	1.261
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	43	(43)	-	74	(74)
Resultado do Período	33.398	32.109	1.289	21.690	20.503	1.187

24. Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Empréstimos	7.918	16.387	13.958
Rendas De Repasses Interfinanceiros	11.092	20.617	11.375
TOTAL	19.010	37.004	25.333

25. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	-	550	338
Reversões de Provisões para Repasses Interfinanceiros	940	1.677	889
Provisões para Operações de Crédito	(132)	(730)	(550)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	(1.527)	(1.989)	(1.602)
TOTAL	(719)	(492)	(925)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Comissão	435	1.009	822
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	-	-	94
Rendas de Outros Serviços	360	566	343
TOTAL	795	1.575	1.259

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários	(2.150)	(3.540)	(2.775)
Despesas de Pessoal – Benefícios(a)	(1.389)	(2.622)	(2.103)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.502)	(4.435)	(3.541)
Despesas de Pessoal – Proventos	(5.117)	(10.127)	(8.955)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(64)	(75)	(55)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(232)	(493)	(448)
TOTAL	(11.454)	(21.292)	(17.877)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(106)	(195)	(157)
Despesas de Aluguéis	(23)	(45)	(42)
Despesas de Comunicações	(88)	(152)	(122)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(95)	(233)	(181)
Despesas de Material	(59)	(137)	(109)
Despesas de Processamento de Dados	(1.117)	(2.146)	(1.976)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(560)	(776)	(595)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.507)	(10.437)	(7.358)
Despesas de Publicações	-	(30)	(51)
Despesas de Seguros	(8)	(16)	(14)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(617)	(1.164)	(786)
Despesas de Serviços de Terceiros	(316)	(545)	(547)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(41)	(85)	(82)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(561)	(1.041)	(838)
Despesas de Transporte	(26)	(61)	(68)
Despesas de Viagem no País	(71)	(126)	(113)
Despesas de Amortização	(72)	(139)	(127)
Despesas de Depreciação	(573)	(1.145)	(1.095)
Outras Despesas Administrativas	(271)	(452)	(355)
TOTAL	(11.111)	(18.925)	(14.616)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(27)	(45)	(41)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(40)	(78)	(63)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(49)	(99)	(89)
TOTAL	(116)	(222)	(193)

30. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	11.130	19.024	17.841
Despesa de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada	-	(53)	(2)
TOTAL	11.130	18.971	17.839

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 18.699 mil.

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	127	216	744
Dividendos	-	3	2
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	16.764	26.647	18.164
Juros e correções Monetárias	-	2	47
Outras rendas operacionais	-	-	18
TOTAL	16.891	26.868	18.975

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

32. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Fundos (a)	(18.445)	(33.552)	(21.347)
Desc. Conc. – Rep. Interf – Recursos Fonte Publica (b)	-	(168)	(2.366)
Outras despesas Operacionais	(158)	(212)	(107)
TOTAL	(18.603)	(33.932)	(23.820)

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFS.

(b) Descontos concedidos em operações de repasse liquidadas antecipadamente.

33. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para Contingências	(1)	(11)	(2)
TOTAL	(1)	(11)	(2)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos de Capital	2	2	-
Rendas de Aluguéis	12	24	24
Outras Rendas Não Operacionais	-	-	10
(-) Perdas de Capital	(74)	(101)	(2)
TOTAL	(60)	(75)	32

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

36. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Cooperativas filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Banco Sicoob	5.635.715	3.741.436
Conta corrente	3	3
Depósitos Interfinanceiros	4.542.995	2.733.864
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.092.717	1.007.569
Cooperativas Filiadas	490.015	421.879
Repasse interfinanceiros	341.097	278.676
Operações de crédito	146.000	141.665
Valores a receber	2.918	1.538
Passivo		
Cooperativas Filiadas	7.767.086	5.395.545
Relações interfinanceiras – centralização financeira	7.695.537	5.334.026
Provisão Pagamento Administração Financeira	71.549	61.519

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita		
Banco Sicoob	608.663	392.576
Rendas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	472.576	284.968
Fundos Aplicações Financeiras	136.087	107.608
Cooperativas Filiadas	63.651	43.497
Rendas de empréstimos	16.387	13.958
Rendas de repasse interfinanceiros	20.617	11.375
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	26.647	18.164
Despesa		
Cooperativas Filiadas	(842.633)	(553.174)
Operações de Captação no Mercado	-	(11)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	(492)	(925)
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	(842.141)	(552.238)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	31/12/2023
Honorários	2.914
Salários/Remuneração	736
Benefícios	858

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites.

Basileia III	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência – Nível I (110)	377.274	284.411
Patrimônio de Referência – PR (100)	377.274	284.411
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada – RWACPAD (700)	2.046.317	1.557.857
RWA para risco de mercado – RWAMPAD (770)	51.176	66.600
RWA para risco operacional – RWAOPAD (870)	91.232	65.552
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	2.192.725	1.690.009
Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)	175.418	135.201

Basileia III	31/12/2023	31/12/2022
Valor total da RBAN (890)	34.121	15.858
Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)	112.917	91.102
Índice da Basileia	14,98%	15,45%
Margem de Imobilização (960)	169.314	122.400

38. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(100)	(206)	(184)
TOTAL	(100)	(206)	(184)

39. Gerenciamento de Risco

Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

39.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

39.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

39.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

39.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

39.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

39.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

39.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

40. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vitória – ES, 29 de janeiro de 2024.

Nailson Dalla Bernardina
Diretor Executivo
CPF: 077.720.547-50

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios
CPF: 007.835.627-05

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC/ES: 016.925/O-0
CPF: 099.673.817-79

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Associados da **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES**

Vitória – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SICOOB CENTRAL ES**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apro-

priados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 31 de janeiro de 2024.



Luciano Gomes dos Santos
Contador CRC RS 059.628/O



comunidadesicoob.com.br